

# Educação e Equidade: caminhos para reduzir as novas formas de exclusão educacional

*Prof. Valdir Godoy – Doutor em Administração Educativa*

## Resumo

O presente artigo analisa criticamente as novas dinâmicas de exclusão educacional, especialmente aquelas derivadas das desigualdades tecnológicas e cognitivas que emergem na sociedade digital. Com base em uma revisão teórica e reflexiva, discute-se como o avanço tecnológico, embora amplie o acesso à informação, acentua disparidades entre grupos sociais distintos, redefinindo o conceito de inclusão. O texto propõe caminhos para uma educação mais equitativa, enfatizando a necessidade de políticas públicas integradas, formação docente continuada e práticas pedagógicas inclusivas que considerem o contexto sociotecnológico atual.

**Palavras-chave:** Educação. Equidade. Inclusão. Desigualdade tecnológica. Conhecimento.

## 1. Introdução

A educação, historicamente, tem sido concebida como um instrumento de transformação social e emancipação humana. Contudo, no século XXI, novas formas de exclusão emergem, mediadas não mais apenas por fatores econômicos e geográficos, mas também por desigualdades tecnológicas e cognitivas. A revolução digital, marcada pela presença ubíqua das tecnologias da informação e comunicação (TICs), trouxe consigo um paradoxo: enquanto amplia o acesso ao conhecimento, cria barreiras sutis e profundas para aqueles que não dominam as linguagens e competências exigidas pelo mundo digital (CASTELLS, 2009; KENSKI, 2012).

Neste contexto, pensar a **educação e a equidade** significa compreender que o acesso físico às tecnologias não garante, por si só, o acesso pleno ao conhecimento. É necessário refletir sobre como as estruturas escolares e sociais estão sendo redesenhadas por essas transformações, e quais caminhos podem ser trilhados para mitigar as novas formas de exclusão educacional que se consolidam na era digital.

## 2. As desigualdades tecnológicas como fator de exclusão

A exclusão digital não se restringe à ausência de dispositivos tecnológicos ou de conectividade, mas abrange também as habilidades necessárias para utilizá-los de modo crítico e produtivo. Segundo Kenski (2012), a mera presença de tecnologia não assegura aprendizagem significativa; é preciso compreender seus usos e implicações sociais.

A desigualdade tecnológica, portanto, é um fenômeno multidimensional. Em países marcados por disparidades socioeconômicas, como o Brasil, observa-se que estudantes de contextos vulneráveis têm menor acesso a recursos digitais de qualidade e a espaços formativos que incentivem o pensamento crítico e o uso criativo da tecnologia (SANTOS; SILVA, 2021). Durante o período pandêmico, essa realidade tornou-se ainda mais evidente: milhões de alunos ficaram à margem do processo educativo por falta de infraestrutura adequada, demonstrando que a exclusão educacional contemporânea está profundamente entrelaçada com a exclusão tecnológica.

### 3. Desigualdades cognitivas e o redesenho do acesso ao conhecimento

Para além do acesso físico e técnico, emergem as **desigualdades cognitivas**, compreendidas como diferenças nas formas de apropriação, interpretação e produção do conhecimento. Essas desigualdades estão ligadas não apenas à formação escolar, mas também ao capital cultural e simbólico que cada indivíduo acumula (BOURDIEU, 1983).

No ambiente digital, onde a informação circula em volume e velocidade sem precedentes, a capacidade de selecionar, interpretar e aplicar o conhecimento torna-se uma competência essencial. Entretanto, como observa Lévy (1999), o excesso de informação pode levar à “desorientação cognitiva”, intensificando as desigualdades entre aqueles que conseguem navegar criticamente pelo ciberespaço e aqueles que permanecem como meros consumidores de conteúdo.

Assim, o acesso ao conhecimento não depende unicamente da disponibilidade de dados, mas da **capacidade de aprender a aprender**, de pensar criticamente e de construir sentido em meio à complexidade informacional. Essa nova forma de desigualdade cognitiva redefine o papel da escola e do professor, que deixam de ser transmissores de informação para tornarem-se mediadores de processos cognitivos e éticos no uso do saber.

### 4. Caminhos para a equidade educacional na sociedade digital

A busca pela equidade na educação contemporânea exige estratégias que ultrapassem a simples distribuição de recursos tecnológicos. É necessário desenvolver **políticas educacionais integradas**, que contemplem infraestrutura, formação docente, currículo e cultura digital (UNESCO, 2023).

Entre os caminhos possíveis, destacam-se:

1. **Formação continuada dos professores** – garantindo que os educadores desenvolvam competências digitais críticas, éticas e pedagógicas;
2. **Currículos inclusivos e interdisciplinares** – que valorizem o pensamento crítico, a criatividade e a leitura de mundo digital;
3. **Políticas públicas de conectividade universal** – priorizando escolas e comunidades vulneráveis;
4. **Educação midiática e informacional** – promovendo o uso ético, responsável e produtivo das tecnologias;
5. **Participação comunitária** – aproximando famílias, escolas e sociedade civil na construção de uma cultura de equidade.

Essas ações convergem para um ideal de **justiça cognitiva**, em que o conhecimento é compreendido como bem comum e instrumento de cidadania.

## 5. Considerações finais

As desigualdades tecnológicas e cognitivas representam os novos contornos da exclusão educacional na sociedade digital. A equidade, portanto, não pode ser alcançada apenas por meio da democratização do acesso a dispositivos ou à internet, mas pela garantia de condições reais de apropriação crítica e significativa do conhecimento.

É urgente repensar o papel das instituições educacionais como espaços de produção de saber e de justiça social. A educação deve ser um direito que assegura não apenas o acesso à escola, mas o direito de compreender, interpretar e transformar o mundo – inclusive o mundo digital. Assim, promover a equidade é também um ato político e ético, que reconhece o conhecimento como patrimônio coletivo e essencial para a emancipação humana.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papyrus, 2012.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SANTOS, João; SILVA, Mariana. *Desigualdade digital e exclusão educacional no Brasil contemporâneo*. Revista Educação & Sociedade, v. 42, n. 154, 2021.
- UNESCO. *Relatório Global de Educação 2023: Tecnologia e o futuro da aprendizagem*. Paris: UNESCO, 2023.